

## Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

### Vara de Família e Menores

#### Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores

**Autor / Requerente:** João Silva, menor, representado por Maria Silva, residente em Rua da Boavista, 45, 3.º Dto., 1200-123 Lisboa, NIF 123 456 789.

#### Réus / Requeridos:

| Entidade | NIF | Sede | Representante | |—|—|—|—| | Associação Casa da Juventude, Lda. | 504 321 987 |  
Rua das Flores, 12, 1900-456 Lisboa | Carlos Mendes (ex-diretor) | | Carlos Mendes | 219 876 543 | Rua das  
Flores, 12, 1900-456 Lisboa | — |

**Mandatários:** Dr. Luís Costa (OA 12345) – Escritório de Advocacia Costa & Associados, e Dra. Sofia Almeida (OA 67890) – Escritório Almeida & Advogados.

**Juiz:** Dr. António Ribeiro, Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa.

**Data:** 22 de fevereiro de 2026

---

### ORDEM PROVISÓRIA DE VEDAÇÃO DE ACESSO A MENORES

**Vistos** o requerimento formulado por Maria Silva, na qualidade de representante legal do menor João Silva, nos autos da ação civil e penal n.º 2023/04567, bem como os autos e documentos que a eles acompanham, e tendo em conta o disposto nos artigos 721.º e seguintes do **Código de Processo Civil**, nos artigos 156.º e 157.º do **Código Penal**, bem como nas normas de proteção da infância e da juventude consagradas no **Código da Família e da Proteção da Criança e do Jovem (CFPCJ)**,

**Considerando** que:

1. Existem indícios fundados de prática de abuso sexual continuado de menores por parte da Associação Casa da Juventude, Lda., e do seu ex-diretor Carlos Mendes, ocorridos entre 2015 e 2020;
2. A situação descrita revela risco grave e iminente para a segurança e bem-estar de todos os menores que frequentam ou possam vir a frequentar as instalações da referida associação;
3. O princípio da proteção prioritária do menor, consagrado no artigo 3.º do CFPCJ, impõe a adoção de medidas cautelares de urgência para salvaguardar a integridade física e psicológica dos menores;
4. O pedido de tutela de urgência formulado pela parte autora preenche os requisitos de verossimilhança do direito invocado e de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, nos termos do artigo 721.º, n.º 2, alínea b), do CPC;

**Resolve:**

1. **Vedar, de forma provisória, todo e qualquer contacto, direto ou indireto, entre a Associação Casa da Juventude, Lda., e quaisquer menores, residentes ou não em Portugal, bem como entre o seu ex-diretor Carlos Mendes e menores, até decisão final nos presentes autos.**
2. **A vedação compreende, sem prejuízo de outras medidas que se revelem necessárias, as seguintes situações:**
  - A entrada de menores nas instalações da associação, seja para participação em atividades, programas de apoio ou visitas;
  - A prestação de quaisquer serviços, apoio ou acompanhamento a menores por parte de funcionários, voluntários ou representantes da associação;

- A comunicação, presencial, telefónica, eletrónica ou por qualquer outro meio, com menores, incluindo a utilização de redes sociais, e-mail, SMS ou plataformas digitais;
- A realização de eventos, workshops, formações ou encontros organizados ou co-organizados pela associação que incluam a presença de menores.

### 3. Comunicação da ordem:

- A presente ordem deverá ser imediatamente notificada, por carta registada com aviso de receção, à sede da Associação Casa da Juventude, Lda., e ao réu Carlos Mendes, bem como ao Ministério Público, ao Serviço de Proteção da Infância e Juventude (SPIJ) da Área de Lisboa e ao Conselho Nacional de Proteção da Criança e do Jovem (CNPCJ).
- A notificação deverá conter cópia integral da presente ordem e a indicação do prazo de **48 (quarenta e oito) horas** para que a associação proceda à suspensão total das suas atividades que envolvam menores, bem como à remoção de quaisquer menores que se encontrem nas suas instalações à data da notificação.

### 4. Fiscalização e cumprimento:

- O **Serviço de Proteção da Infância e Juventude da Área de Lisboa** ficará encarregado da fiscalização do cumprimento desta ordem, podendo efetuar inspeções in loco, solicitar documentação e entrevistar testemunhas.
- O não cumprimento da presente ordem sujeitará a Associação Casa da Juventude, Lda., e Carlos Mendes às sanções previstas no artigo 156.º do Código Penal (concurso de crimes contra a pessoa) e ao pagamento de coimas diárias de **€ 5 000,00 (cinco mil euros)**, até ao efetivo cumprimento da medida.

### 5. Prazo da medida:

- A presente ordem tem a duração de **30 (trinta) dias**, findo o qual será reavaliada pelo Juízo, podendo ser prorrogada, modificada ou revogada, consoante evoluam os factos e as provas produzidas nos autos.

### 6. Custas e despesas:

- As despesas decorrentes da notificação, bem como as custas de eventual inspeção do SPIJ, serão suportadas pela parte ré, nos termos do artigo 73.º do CPC.

### 7. Comunicação ao Ministério da Justiça:

- O presente despacho será imediatamente comunicado ao Ministério da Justiça, para efeitos de abertura de investigação criminal, nos termos do artigo 158.º do Código Penal.

**Publique-se. Registre-se. Notifique-se.**

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

---

**Dr. António Ribeiro**

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

---

*Certifico que a presente ordem foi assinada digitalmente, nos termos da Lei n.º 41/2018, de 3 de julho, que regula a assinatura eletrónica, e que a cópia digital tem a mesma validade jurídica da versão em papel.*